

Mulheres: um “objecto” nas entrelinhas da história¹

Sónia Ferreira

Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa – FCSH - UNL
Bolsreira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

No presente artigo pretendo discutir questões metodológicas no âmbito de pesquisas que tenham como objecto de análise mulheres, entendidas estas enquanto grupo com especificidades sociais próprias e portanto passível de ser analisado tendo como característica distintiva a demarcação de género. Este, enquanto conceito operativo no âmbito da antropologia será entendido no sentido de Bourdieu quando refere o “ (...) *longo trabalho colectivo de socialização do biológico e biologização do social para “fazer surgir uma construção social naturalizada (os “géneros” enquanto habitus sexuais)(...)”* (Bourdieu, 1999: 3). Partindo destes pressupostos procurarei fazer em primeiro lugar uma apresentação de carácter geral sobre a temática enunciada e em seguida discuti-la a partir de um exemplo empírico concreto. Este esquema de apresentação permitirá uma discussão mais abrangente em termos teóricos na primeira parte, assim como a inclusão de uma série de exemplos empíricos diversificados, e posteriormente a análise de um contexto de pesquisa concreto.

Não existindo propriamente um campo disciplinar que trabalhe em exclusividade a articulação entre as questões metodológicas e o género, procurarei nesta primeira parte apresentar e discutir alguns contributos que directa ou indirectamente relacionam as questões em causa. Nesse sentido apresentarei um conjunto de autoras que provêm tanto da Antropologia como dos Women Studies, não por serem estas as únicas áreas a problematizar a questão do género e logo as questões metodológicas a este associadas mas por serem das que maior produção e visibilidade têm dado à questão².

Quando as designadas antropólogas “feministas” examinam e discutem pela primeira vez a questão do género, focam uma “Antropologia da Mulher”³ que pretende

¹ O presente artigo nasce de uma comunicação proferida no colóquio “Temas e Problemas em Antropologia – relatos na 1ª pessoa”, organizado pelo Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa (FCSH – UNL) em Novembro de 2005. A comunicação foi proferida numa sessão intitulada “Género”, nesse sentido restringir-se-á à discussão das questões metodológicas em torno dessa temática. Os dados empíricos foram retirados de um trabalho de investigação em curso para a minha tese de doutoramento subordinada ao tema da resistência operária no feminino.

² Não pretendo de qualquer modo subestimar outro tipo de contributos disciplinares mas antes chamar a atenção para o papel que a categoria género teve na antropologia, particularmente a partir dos anos 60, com a Antropologia Feminista e os Women Studies.

³ Ellen Lewin considera que este campo de estudos começa por se constituir como uma “Antropologia da Mulher”, passando depois a uma “Antropologia do Género” e finalmente na sua forma presente a uma “Antropologia Feminista” (Lewin, 2006: 2). O facto de situar o despertar do interesse sobre o género nesta época não retira valor a inúmeras outras autoras que de forma percursora, e muitas vezes quase invisível, se debruçaram sobre estas questões. O que se pretende assinalar aqui é o surgimento deste sub-campo disciplinar na área da Antropologia.

descortinar as especificidades da vida no feminino, algo que se encontrava arredado à época das etnografias clássicas e da própria teoria antropológica - procurava-se “*contrabalançar o androcentrismo da Antropologia até então feita*” (Vale de Almeida, 2000: 14). Este esforço é inspirado nos movimentos de libertação feminina que eclodem e se desenvolvem durante os finais da década de 60, início de 70⁴, num amplo enquadramento que procura de forma activa agir sobre diversos fenómenos de injustiça social. No que diz respeito às mulheres, pretende-se olhar o seu universo não apenas nos contextos não-ocidentais, tradicionais da disciplina, mas também nas próprias sociedades em que estas investigadoras se inserem, promovendo uma perspectiva transcultural onde “*banal versions of cultural relativism could no longer be used*” (Lewin, 2006: 1). As autoras da época crêem na existência de regularidades culturais que apesar de ainda não se encontrarem visíveis, serão no futuro demonstrativas das injustiças sociais e das situações de opressão que atingem as mulheres de forma universal. Nesse sentido, estas cientistas pretendem conferir visibilidade e dar voz às mulheres tanto no campo da etnografia como no das próprias sociedades em que as suas protagonistas vivem. Os seus textos percussores (Golde, 1970; Rosaldo e Lamphere, 1974; Reiter, 1975) vão por isso chamar a atenção para as mulheres enquanto “grupo mudo” na pesquisa etnográfica, já que estas eram desvalorizadas enquanto informantes por parte do investigador/antropólogo.

As abordagens atrás referidas não são no entanto homogéneas e podem dividir-se em dois pressupostos que assinalam as tendências da época: a abordagem da “assimetria universal”; e uma outra tendência assente de forma mais directa em pressupostos marxistas que pretendia recensear as lutas das mulheres em diferentes contextos culturais, chamando a atenção para os diversos sistemas sociais e políticos existentes⁵. Estas abordagens não esgotam evidentemente todos os contributos e análises mas sintetizam uma perspectiva geral.

Em resumo, esta época é marcada pelas tentativas de estabelecimento de uma “Antropologia da Mulher”, através da qual as autoras “*(...) sought to recuperate women as distinct cultural actors and to question the assumptions that had rendered the discipline as androcentric as they argued it was. They also depend on assumptions about “woman” as an easily defined and recognized category that exhibited significant cross-cultural regularities.*” (Lewin, 2006: 9).

O desenvolvimento desta área no seio da antropologia vem porém a revelar-se problemático e pouco satisfatório, sobretudo quando se divisa que o simples “juntar das vozes das mulheres” aos textos etnográficos não é suficiente, produzindo mesmo resultados redutores e essencialistas. Nesse sentido procede-se a um redimensionar do

⁴ Esta afirmação não pretende situar os movimentos de defesa e libertação da mulher apenas nesta década e neste século mas chamar a atenção para a importância matricial dos movimentos deste período em particular para o contexto que se pretende abordar.

⁵ Estas duas abordagens encontram-se expostas respectivamente nas colectâneas de textos: “Women, Culture, and Society”, (Rosaldo e Lamphere, 1974) e “Toward an Anthropology of Women” (Reiter, 1975).

“olhar” sobre o género, construindo uma categoria menos espartilhada e mais inclusiva em que homens e mulheres coexistem enquanto dimensões de análise da realidade social - o género passa a ser entendido como construído socialmente e produzido de forma relacional (Lamphere et al 1997, p. 4). Neste processo de questionamento e reconfiguração do conceito passa-se mais tarde a incluir o seu enquadramento no sistema cultural, económico e político de pertença, ou seja, as relações de género passam a ser entendidas igualmente como espacial e temporalmente situadas, assim como socialmente articuladas com outras dimensões. Estas, estabelecem hierarquias e estipulam desigualdades como, por exemplo, as de classe, raça, etnicidade ou qualquer outras relevantes para o contexto em análise:

“(...) este projecto implicava um pressuposto: o de que as relações entre os géneros eram, na base, relações de poder, assimetria e desigualdade, e não simplesmente relações simétricas e complementares, como o senso comum gosta de pensar. Assim, num segundo tempo – em que esta premissa se tornou mais assumida –, as relações sociais com base no género passaram a ser entendidas como um conjunto mais a acrescentar aos das relações com base na idade, status, prestígio, classe social e outras.” (Vale de Almeida, 2000: 15).

A área passa a ser definida a partir dos seguintes pressupostos:

“We view our own knowledge as critical feminist ethnographers as partial and situated, and, in analyzing women’s and men’s lives, we view our subjects as positioned actors who forge “situated knowledges” in order to act within their material circumstances” (Lamphere et al, 1997: 5).

A afirmação aqui expressa deve no entanto ser lida num contexto mais plural do que o apresentado, já que ela remete para um âmbito de discussão mais lato que problematiza a noção marxista de praxis e a articula com a temática central da relação entre Acção e Estrutura na teoria social. A estas autoras interessava de forma premente discutir e situar as mulheres enquanto agentes sociais e os seus posicionamentos e acções no âmbito da estrutura social. Esta discussão vem aliás a par do processo de autoquestionamento e repensar de pressupostos teóricos e metodológicos que a própria disciplina antropológica vem a atravessar nos anos 80. Nesse mesmo processo um novo olhar é construído na forma como as antropólogas feministas passam a considerar a categoria “género” mas também o seu próprio posicionamento enquanto investigadoras:

“It is not surprising, then, that the emphasis on practice and situated knowledges leads feminists anthropologists to reexamine our relationships with our subjects, with the process of fieldwork itself, and with the nature of ethnographic writing. This questioning reveals that ethnography is not only deeply gendered but is also situated within relations of power and subordination. The anthropologist’s own positionality is multidimensional and changing, depending on context and historical circumstance. For these reasons, it is important to begin our discussion of culture, gender, and ethnographic practice within the debates concerning the practice of ethnography (Lamphere et al, 1997: 5).

O desenvolvimento desta “Antropologia da Mulher” não se encontra longe de desenvolvimentos que decorrem em paralelo noutras áreas das Ciências Sociais. Nos *Women Studies*:

“Women’s studies began with many of the same assumptions that early anthropologists of gender held: that the definition of “woman” was stable and knowable, ultimately connected (somehow) to interpretations or

actualizations of biological sex; but by the mid-1980s scholars had begun rigorously to examine such notions and to imagine the proper subject matter of the field much more broadly (Butler 1990; Riley 1988; Roth 2004).” (Lewin, 2006: 19).

Na Sociologia:

“In the 1970s and 1980s, our work was most decidedly about women. (...) Moreover, as the sociology of women was developing, the tone of most work was a critique of existing sociological thought. While bringing women into view, much of what was written – both empirical and theoretical – directly challenged what had long been assumed because of leaving women out. (...) The early themes guiding feminist scholarship can be summed up as conceptualizing gender in social, not biological terms; documenting and analyzing the status of women in different social institutions; situating women’s lives in the context of other forms of social inequality; and asking how women resist, such as through social movements or everyday acts of rebellion (Townsend Gilkes 1980).” (Andersen, 2005: 439, 441).

Estas discussões foram matriciais para as actuais leituras sobre género⁶. A sua relevância tornou-se tão evidente que, como refere Vale de Almeida, não a reconhecer hoje “*na realidade social surge já como tão grave quanto menosprezar a variável da classe social, por exemplo*” (Vale de Almeida 2000, p. 15). É necessário no entanto referir que nas duas últimas décadas o seu lugar de destaque no debate académico europeu e norteamericano, foi em grande parte impulsionado pela importância que vem a adquirir o movimento social gay. A partir desse momento ultrapassar-se-á o designado “*essencialismo da heterossexualidade*” passando a entender-se a masculinidade e a feminilidade, por um lado, no plural, ou seja, não como um único corpo de regras e características imutáveis e, por outro, como algo maleável e manipulável que se escolhe no processo de construção identitária. Assim, na contemporaneidade e no âmbito da teoria social pós-moderna, a discussão em torno do género caminha para a definição de um conceito com contornos mais fluidos, reflexivos e híbridos.

No campo do movimento feminista, no entanto, autores como Joan Scott fazem uma leitura mais pessimista do alcance crítico das discussões em torno do conceito de género. No prefácio (Scott, 1999) a uma edição revista de uma das suas mais importantes colectâneas de textos, a autora interroga a própria utilidade analítica deste:

“Indeed, many feminist scholars who use the term “gender” do so while explicitly rejecting the premise that “men” and “women” are historically variable categories. This has had the effect of denying “gender” its radical

⁶As antropólogas feministas foram precursoras no questionamento de pressupostos teóricos e metodológicos centrais da Antropologia. Alguns dos quais serão mais tarde, na década de 80 amplamente discutidos e reequacionados. De entre estes destaca-se a questão do posicionamento do investigador: “*(...) they raised the question of positionality and stance, a matter that would prove to be of ongoing importance as the new field developed. That is, they provided evidence that ethnographic accounts were not just presentations of facts, composed from material that was waiting to be discovered by whatever anthropologist might enter a culture. Rather, the differences between work by male and female ethnographers, or between ethnographers who depend on men’s voice for their data and those who recognized the importance of hearing from women, produced different realities, either of which could be “true” in different ways. This perspective on the nature of ethnographic knowledge has become even more influential in recent years, and has been further elaborated under the influence of postmodernism. But the impact of this view began to be felt in the early 1970s as feminist anthropology moved through its formative years (...) has continued to be central to the feminist anthropological enterprise.*” (Lewin, 2006: 15).

academic and political agency. It is, these days, a term that has lost its critical edge.” (Scott 1999, p. xii).

Uma autora que marcou decisivamente as discussões académicas e políticas atrás mencionadas e que tomou o conceito de género como um eixo central da sua produção intelectual, retira-o agora gradualmente dos seus pressupostos iniciais: “... *I find myself using “gender” less and less in my work, talking instead about differences between the sexes and about sex as a historically variable concept.*” (Scott 1999, p. xii). A estratégia de evitamento presente em Scott não é singular no contexto académico actual. Se, no seu caso em particular, parece reflectir uma certa desilusão pela não concretização e pelo desvirtuar do projecto feminista, noutros trata-se pragmaticamente de evitar um conceito ainda hoje polémico, complexo e conflitual.

Apesar do atrás exposto, não é objectivo deste artigo recensar exhaustivamente o percurso que a discussão do conceito de género teve no seio da Antropologia. A breve referência que se faz serve o intuito de resumidamente enquadrar a questão, já que esta é contextualizadora da temática aqui em discussão. Qualquer investigador que pretenda trabalhar questões em que a categoria género seja relevante e estruturadora na sua problemática deverá ter em atenção o percurso atrás enunciado, tanto na forma de construir o seu objecto de análise como na definição das metodologias de trabalho. Definir um objecto de análise que se encontre vinculado às questões de género deve conduzir de imediato ao próprio questionamento da categoria em si: O que é o género? Como se define na sociedade em estudo? Como se posiciona esta categoria no tempo e no espaço? Os sentidos que o próprio investigador atribui à sua pertença de género, incorporados e naturalizados durante o processo de socialização, têm de ser questionados e problematizados em função da sociedade que está a estudar. Este exercício será fundamental, por exemplo, para perceber como o Outro nos vê, que expectativas tem de nós e de que forma isso regulará a relação a estabelecer.

Sendo a discussão vasta e potenciadora de inúmeros percursos de reflexão, procurarei aqui restringi-la, tanto por economia de tempo como por adequação ao exemplo empírico a apresentar, à problemática da investigação com mulheres em contextos históricos específicos, explorando as suas particularidades enquanto objecto histórico-antropológico.

1. Interrogações metodológicas na procura de um objecto escondido

“Women’s voices are hard to hear in history. (...) The voices we hear are, on the whole, only faint echoes of reality (...) Where women’s voice are documented they tend to be patronized as a second class version of “real” language.”

M. Tebbutt⁷

Pesquisar no domínio da história das mulheres, ou seja, procurar vestígios que nos permitam reconstituir existências e acontecimentos vividos no feminino coloca o

⁷ (Tebbutt, 1995: 1)

investigador ou investigadora, pois não é de descurar neste caso o seu género, numa posição de questionamento sobre fronteiras e métodos. As fontes, os vestígios, as ferramentas de trabalho têm de ser escolhidas e utilizadas em função de particularidades específicas, como adiante se verá.

Diversas autoras referenciam esta realidade (Perrot, 1998; Scott, 1999; Tebbutt, 1995), concluindo que quando se procuram vestígios das mulheres na história, a capacidade de adaptabilidade dos métodos assume novas e interessantes formas. E isto porquê? Não que as mulheres sejam seres sociais com especificidades extraordinárias mas porque desde sempre foram colocadas numa posição subalterna, agentes secundários dos acontecimentos, o que conduz à necessidade de dirigir e iluminar um caminho que esteve sempre na sombra dos grandes eventos, dos momentos públicos, dos registos da História. Nas fontes oficiais, por exemplo, as mulheres aparecem muitas vezes apenas quando o seu comportamento foge radicalmente do consensual ou normativo, como é o caso dos registos policiais, acontecendo o mesmo na imprensa e até na oralidade.

Na própria história da ciência podemos encontrar esta invisibilidade, apesar de estarmos perante mulheres que em princípio ocupavam posições sociais mais vantajosas, detentoras de capitais culturais, simbólicos e económicos mais elevados. Relativamente à Antropologia Catherine Lutz e Lynn Bolles vão defender, por exemplo, a ideia de que a prática da “não citação” de trabalhos de mulheres antropólogas, por parte dos seus colegas do sexo masculino, as remete para uma invisibilidade académica e histórica relevante:

“Catherine Lutz and Lynn Bolles have both argued persuasively that citation practices in the discipline have tended to remove the names of women anthropologists, and particularly of those who are African American or members of other minority groups, from disciplinary memory. These citation practices not only consign the contributions of women scholars to obscurity but suggest that their work is neither reputable nor significant. Regular citations of a scholar’s work, in other words, construct that individual’s intellectual stature. When work is not cited, the scholar will be perceived as peripheral and eventually forgotten, even when she has been successful in getting her work published (Bolles 2001; Lutz 1990).” (Lewin, 2006: 7).

Michelle Perrot (1998) aborda de forma interessante estes branqueamentos que vai designar pelos “silêncios da história”, “zonas mudas” que escondem vestígios, traços do passado, existências, formas de ser e de estar. Sendo que a questão se coloca tanto do ponto de vista oficial de quem guarda, selecciona e hierarquiza factos e vestígios como das próprias mulheres que desvalorizam e negligenciam as suas próprias vivências. Este silêncio tem assim dois aspectos, aquele que é criado por uma história oficial que mutila pela ausência uma parte do passado, mas também é o reflexo de uma cultura que impõe às mulheres o silêncio como ordem simbólica, estendendo-se este da palavra omitida ao gesto contido. Instituições sociais como a Igreja, a Família ou o Estado exerceram durante muito tempo, com total poder hegemónico, a capacidade de ditar as regras, inculcando atitudes e comportamentos individuais e sociais que conduziram as mulheres ao papel de silenciadoras da sua própria história: *“Western European culture is imbued with hostile representations of women, who appear as ‘nagging, scolding and generally talking too much’. The ideal mode of discourse for women was judged for many centuries to*

be silence.” (Tebbutt, 1995: 7). Como Perrot (1998: ii, iii) igualmente acrescenta, muitas mulheres mais velhas parecem fechadas num mutismo de outros tempos, ficando-nos a dúvida, se não falam por vontade própria ou são já incapazes de exprimir o que tantos anos calaram.

Esta questão coloca importantes problemas de ordem metodológica, como atrás já foi referido. Por um lado muitas fontes oficiais são assexuadas, ou seja, funcionam como se apenas um único género existisse não revelando especificidades importantes nos comportamentos sociais; como Bourdieu já referia “(...) *a força da ordem masculina deixa-se ver pelo facto de dispensar justificação, a visão androcêntrica impõe-se como neutra (...)*” (Bourdieu, 1999: 8); por outro, também as fontes privadas, como os arquivos familiares e espólios pessoais, sofrem este tipo de discriminação por não lhes ser conferida a importância que mereceriam. Os materiais mais privados como epistolários, diários, álbuns fotográficos entre outras coisas são geralmente produzidos e guardados pelas mulheres, gestoras do mundo privado, do lar, guardiãs da memória da família. A este poder criador está no entanto associado o poder de destruir, quer porque são materiais pouco valorizados, quer porque podem revelar realidades que se devem esconder por serem do foro privado. Assim, muitos destes materiais desaparecem às mãos das próprias mulheres. Muitos políticos e homens públicos preocupam-se com a documentação produzida à sua responsabilidade, havendo muitas vezes destruições maciças de documentação aquando de alterações de ordem política ou administrativa, também as mulheres o fazem protegendo o mundo que têm nas mãos.

Assim, se pesquisar sobre mulheres levanta em termos gerais problemas metodológicos e de abordagem específicos, estes tornam-se mais agudos quando falamos de mulheres que não pertencem às elites sociais mas sim aos comumente designados “grupos subordinados” (Connerton, 1993: 23,24). Neste caso, tanto os vestígios escritos, oficiais ou não, como os próprios relatos orais são mais vincadamente marcados por esta invisibilidade histórica, ou mesmo por uma demarcação de classe:

“... this tendency to associate women with gossip had not only a sexual but also a class dimension, since denigration of such talk can be seen as part of the ideological undermining of working-class culture which encouraged working-class people, and women especially, to undervalue themselves and their activities.” (Tebbutt, 1995: 11)

A autora atrás citada, Melanie Tebbut (1995), num estudo sobre a história social do boato nos bairros operários ingleses, entre finais do século XIX e meados do século XX, desenvolve uma reflexão intensa sobre a dificuldade, tanto de estudar este objecto, o boato enquanto “women’s talk”⁸, como de legitimá-lo em primeiro lugar junto das suas próprias informantes. A autora levanta uma série de questões essenciais para a discussão aqui em causa. Em primeiro lugar interroga o lugar das “vozes das mulheres na história”, chamando a atenção para o carácter hierárquico com que se constrói a

⁸ A autora designa o boato como “women’s talk” chamando a atenção para a relação depreciativa que existe entre este e o universo feminino. O boato é uma prática feminina, socialmente recriminável e que se encontra arredada do universo dos homens. Onde, a acontecer, terá uma designação socialmente mais aceitável.

realidade histórica, ficando as mulheres largamente arredadas do registo escrito, tradicionalmente mais valorizado enquanto fonte de “verdade”, seja este realizado por terceiros ou pelo próprio. Mesmo o aumento substancial dos níveis de literacia que ocorre em finais do século XIX não atinge de forma igual ambos os géneros, sendo que as mulheres das classes trabalhadoras continuam largamente arredadas desse universo. As possibilidades de acesso à instituição escolar são francamente desiguais e o decorrente acesso ao universo da cultura escrita também, o que segundo Tebbutt: “... *largely excluded women and implicitly downgraded their words by increasingly associating oral discourse with superstition and ignorance, women’s ‘lost status’ reflecting their greater dependence on conversation and verbal communication.*” (Tebbutt 1995, p. 4). Neste caso, focar os discursos proferidos pelas mulheres torna-se um passo essencial para descortinar o seu universo, trazê-las das sombras onde a primazia da literacia as coloca. No contexto dos bairros operários esta necessidade torna-se mais premente já que: “*Oral ‘tradition’ was the bedrock upon which these communities were formed, and the daily gossip of street life provided an important dynamic through which the judgments and values of community life were transmuted and refined*” (Tebbutt, 1995: 3). Se a partir daqui nos deparamos com fontes tradicionais que não têm isso em atenção é preciso voltarmo-nos para os protagonistas dos acontecimentos. Claro que isto só é possível de viva voz para as gerações que ainda sobrevivem, para as outras resta-nos desenvolver técnicas apuradas de leitura e interpretação dos materiais recolhidos e produzidos por outros em tempos anteriores: “... *even the unseen and ignored have a voice, if only we know how to listen.*” (Tebbutt, 1995:184). É nesta perspectiva de “devolver a voz às mulheres”, quebrando um silêncio de séculos, que muitos investigadores têm utilizado a história oral como ferramenta de trabalho⁹.

Alison Baker (1996), numa investigação sobre o papel desempenhado pelas mulheres marroquinas no movimento de resistência nacionalista, começa precisamente por referir que se deparou em primeiro lugar com uma realidade de quase inexistência de referências sobre o movimento, agravando-se substancialmente a sua escassez no que dizia respeito à participação feminina. Partindo da quase ausência de fontes escritas a autora decide desenvolver a sua investigação utilizando a história oral como ferramenta metodológica, recolhendo relatos das mulheres sobreviventes. Desta forma tornou-se bastante evidente uma das causas da invisibilidade desta temática, pois através dos relatos a autora pode detectar como as mulheres marroquinas anulavam a sua participação no movimento de resistência, ao começarem as entrevistas por afirmar: “*Eu sou apenas uma mulher e não sei nada*”. Estas mulheres que “não sabiam nada”, transportavam e deslocavam de um lado para o outro armamento, informações e pessoas e redefiniram durante o tempo de excepção da guerra os seus tradicionais papéis

⁹ É importante salientar que algumas das autoras que se encontram ligadas a uma antropologia de pendor mais feminista, se encontravam igualmente envolvidas no movimento feminista enquanto movimento político. Nesse sentido, frases como esta podem carregar um duplo significado que tanto pode ser académico (dar voz a sujeitos arredados da produção científica) como político (dar voz a um grupo dominado que não tem acesso ao espaço público). Segundo Vale de Almeida este posicionamento conduziu a uma certa guetização destas autoras no meio académico o que “*levou a uma justaposição entre estudos por mulheres, sobre mulheres, para mulheres.*” (Vale de Almeida, 2000: 15).

sociais, apesar de serem os homens a mandar, a decidir quem participava e como. Neste sentido, a experiência marroquina é similar à portuguesa no contexto de resistência ao regime do Estado Novo. Onde, mesmo nas elites intelectuais, as mulheres apresentam um certo pudor no relato pessoal, como nos mostra Vanda Gorjão ao referir: “*Um «desconforto feminino» no tomar a palavra, que, segundo certos autores, continua a persistir aflorou em algumas das entrevistas que realizei; desconforto expresso em afirmações como «a minha vida não teve nada de importante que mereça a pena ser gravado»*” (Gorjão, 2002: 23). No caso português foram pontuais os exemplos de mulheres que se destacaram na resistência mais formal e politizada, a sua participação não deve no entanto ser minimizada pois o seu carácter de excepção é digno de nota. Em termos gerais, a participação feminina desenrolou-se de forma diferente e num plano de actuação mais informal e privado, o que também conduz à sua inferiorização por parte das próprias mulheres:

“Como iremos ver no caso português, as mulheres só excepcionalmente se distinguiram e ocuparam posições de liderança, razão pela qual é impossível de entender a oposição feminina sem observar os envoltimentos políticos que foram paralelos ou parcelares, que se revestiram de grande fluidez e se diluíram no dia a dia, como aconteceu quando elas se centraram na manutenção do quotidiano (...) aspectos negligenciados em anteriores estudos sobre a oposição e que continuam a ser muitas vezes descuidados na reconstrução do protagonismo feminino” (Gorjão, 2002: 38).

A autora conclui ainda que: “*Acréscce, como factor explicativo da escassez de fontes, que a oposição feminina teve uma importante componente de informalidade no espaço privado, da qual estava arredada a preocupação de registo*” (Gorjão, 2002: 22). Também Michelle Perrot já o referira:

“On s’est interrogé sur le rôle des femmes dans les événements publics, par exemple la Résistance où l’action des femmes, dissimulée dans la trame du quotidien - un filet à provision, une tasse de thé, a été souvent considérable, aussi bien que sur leur existence particulière dans la société ordinaire” (Perrot, 1998: 19).

Uma outra autora, Claire Andrieu (1997), num artigo sobre as mulheres na Resistência francesa, procura a especificidade da participação feminina partindo do pressuposto de que as mulheres assimilam, em maior ou menor grau, a cultura universalista masculina mas também os particularismos de género que a compõem. Na sua investigação uma das primeiras dificuldades com que se depara é igualmente a que se prende com a visibilidade, ou melhor falta dela, destas mulheres¹⁰. Mesmo nos recenseamentos oficiais a maior parte delas não constam. Porquê? Porque a sociedade não as assume como tal ou elas próprias não o fazem, porque naturalizaram uma cultura onde se consideram determinados comportamentos como naturalmente cívicos e portanto não

¹⁰ “(...) ou bien les femmes du Calvados sont restées passives, beaucoup plus que les hommes, ou bien elles ne se sont pas définies comme résistantes après la guerre. Ce manque de revendication sociale d’un civisme vécu comme «allant de soi» les aurait tenues en marge des recensements. (...) Et de s’interroger sur les effets statistiques d’une culture féminine qui n’incite pas à prendre position dans le champ des rapports de force sociétaux, et qui conduit à qualifier de «naturels» des comportements civiques caractérisés. Dans cette hypothèse, la résistance féminine recensée ne représente qu’une petite partie du tout, «la pointe émergée de l’iceberg» a dit Lucie Aubrac.” (Andrieu, 1997: 73).

excepcionais¹¹. As resistentes que se tornaram combatentes formais ao serviço da instituição são muito poucas o que, segundo Andrieu, prova que existiam muito mais barreiras a serem ultrapassadas por uma mulher para aceder à instituição do que por um homem.

Andrieu vai ainda referir as marchas de protesto de donas-de-casa, que ressurgem na 2ª Guerra Mundial e que são consideradas uma manifestação de práticas mais antigas datadas do Antigo Regime, herdeiras dos motins de subsistência. A maior parte destas manifestações caracterizavam-se pela espontaneidade, apesar de o Partido Comunista Francês ter despoletado algumas, o que lhe era extremamente vantajoso porque como diz Andrieu, essa forma de luta: “ (...) *crystallisait et propageait l’expression du mécontentement tout en maintenant à l’abri les militants proprement dits qui pouvaient se livrer à d’autres tâches.*” (Andrieu, 1997: 85). Por outro lado, a própria polícia inibia-se de reprimir estas manifestações porque eram constituídas apenas por mulheres, não eram declaradamente políticas e nos slogans apenas se pediam víveres, nomeadamente pão e batatas. No entanto, mais tarde, a partir do fim do pacto germano-soviético e com o agravamento das condições de ocupação, as manifestações das mulheres acabam por ser absorvidas pelo campo do político. De qualquer forma, num ou noutro caso, a irrupção da esfera pública na esfera privada mantêm-se no pensamento da maior parte destas mulheres como pouco relevante e nada épico.

Na própria História a importância primordial conferida ao oficial, ao público, ao grande acontecimento tem sido ao longo dos tempos ultrapassada e problematizada dando origem a uma corrente académica designada por “Nova História”. Nesse sentido a academia tem vindo a preocupar-se com temas e questões relacionados também com o privado, incorporando o quotidiano na sua produção científica. Estes autores não procuram no entanto romper radicalmente com o passado, questionando e provocando rupturas nas formas de ver e registar a realidade. Para desilusão de muitas feministas não se concretizou a ruptura epistemológica por elas defendida:

“History figures in this approach not exclusively as the record of changes in the social organization of the sexes but also crucially as a participant in the production of knowledge about sexual difference. I assume that history’s representation of the past help construct gender for the present. Analyzing how that happens requires attention to the assumptions, practices, and rhetoric of the discipline, to things either so taken for granted or so outside customary practice that they are not usually a focus for historians’ attention. These include the notions that history can faithfully document lived reality, that archives are repositories of facts, and that categories like man and woman are transparent. They extend as well to examinations of the rhetorical practices of historians, the construction of historical texts, and the politics – that is, the power relationships constituted by the discipline.” (Scott, 1999: 2,3).

Os exemplos atrás apresentados assim como a discussão académica anterior conduzem-nos à problematização da dicotomia privado/público, já que esta parece constituir um

¹¹ “C’est un leitmotiv des anciens résistants que de présenter comme essentiel le rôle logistique des femmes dans la Résistance. Compte tenu de la division sexuelle du travail, ce sont les femmes qui assuraient le gîte et le couvert des clandestins de toute nature, qu’ils fussent résistants, juifs, aviateurs alliés, évadés, réfractaires (...)”. (Andrieu, 1997 : 85).

terreno por excelência para a divisão de género, em que tradicionalmente as mulheres pertencem à esfera do privado e os homens ao domínio do público. Nessa discussão Roberts (1995: 189), partindo da proposta de Philippe Ariès, chama a atenção para um facto essencial que é o de o conceito de família como algo do foro privado e íntimo chegar mais tarde às classes trabalhadoras do que a outros estratos sociais¹². Nesse sentido, aplicar a distinção entre privado e público a todos os grupos sociais de forma análoga não é analiticamente correcto já que existem inúmeras gradações a ter em atenção.

Para o exemplo concreto da classe trabalhadora inglesa, Roberts reclama:

“The concept of privatised, isolated family was much later in reaching the working class than other strata of society, for financial, social and moral reasons. That the concept had begun to affect some working-class people has already been seen, but vestiges of the old public sociability continued to be a very important part of working-class life throughout the period” (1995: 189)

e Tebbutt corrobora:

“... ‘domestic’ and ‘public’ distinctions can be similarly unhelpful in this context, since many women of the urban poor did lead ‘public’ lives, although not necessarily in terms which were recognized or acceptable to male society. Their ‘public’ life was a sociable experience which if constrained and localized to possibly a yard or a few streets, nevertheless sustained a verbal ‘grapevine’ which often extended the mental parameters of the area which people felt they ‘knew’.” (Tebbutt, 1995: 178).

Apesar das premissas que se têm vindo a enunciar acerca da invisibilidade das mulheres nas fontes históricas e sociais assim como na forma negligente como a produção académica as acolhe durante bastante tempo, não podemos cair numa visão puramente maniqueísta que retire concomitantemente às mulheres qualquer tipo de agência. As fontes podem conduzir a leituras erróneas e as próprias mulheres suprirem por desvalorização a sua experiência, no entanto o silêncio imposto durante séculos às mulheres ocidentais não deve ser entendido como resultado de uma interiorização passiva de um estatuto e papel a desempenhar. Os sujeitos nunca são apenas receptores amorfos e homogéneos e este silêncio foi muitas vezes transformado pelas mulheres numa arma (Perrot, 1998: ii) - a dissimulação, o encobrimento, a arte de manipular bastidores é uma arma poderosa de gestão e optimização de recursos. As “armas dos fracos”, como refere James Scott nos seus inúmeros trabalhos sobre resistência (Scott, 1985, 1990), passam muitas vezes precisamente por reverter a seu favor uma situação que parece a todos os outros desfavorável¹³. Utilizando ainda como referência empírica

¹² “The working-class habit of public sociability, usually in the form of conversations in the street, was a remnant, an echo, of a social custom which had once been widespread throughout all ranks of society. Philippe Ariès, in his examination of the art of previous centuries, found that until the seventeenth century there was a great lack of interior and familiar scenes. He believed that this reflected a fundamental fact about social life: ‘Life in the past, until the seventeenth century, was lived in public’. He suggests that after that point family life became more important and more privatised, and this was at the expense of sociability.” (Roberts, 1995: 189).

¹³ “Some of the directions the field has taken are conterminous with those elsewhere in cultural anthropology, such as the pervasive concern with resistance and agency, sparked by such scholars as James Scott (*Abu-Lughod 1990b*; Scott 1987), though some others raised a cautionary note about feminists’ desire to see resistance everywhere (*Abu-Lughod 1990b*).” (Lewin, 2006: 20).

o que Tebbutt caracterizou como “womens’ talk”: *“Gossip’s controlling aspects could be extremely oppressive when used to reinforce stereotypical expectations of female behaviour, yet it was also an important weapon and source of strength.”* (Tebbutt, 1995: 183).

Encontramo-nos assim perante um impasse teórico importante no âmbito dos estudos de género. Por um lado, apoiando uma perspectiva que pretende enfatizar o lado da acção no âmbito dos desempenhos femininos, que surge como alternativa a uma leitura que acentuava uma postura de vitimização. Mas por outro lado, aceitando a crítica de que esta perspectiva pode tornar-se uma leitura parcial da realidade se subestimar ou anular uma visão mais conjuntural.

“The emphasis on agency also comes from trying to resist seeing women solely in terms of victimization, recognizing instead how oppressed groups have fought against oppression. Although it is important to understand how groups have resisted oppression, the emphasis on agency, such as in the doing gender perspective, tends to overstate the degree to which some people are able to resist in some structural contexts. (...) This shows the importance of including both agency and social structure in feminist analyses of gender. Without this balance, the emphasis on agency in contemporary feminist scholarship underestimates the role of power in shaping social relations. This error discounts the significance of class and race (along with other social structural forms of inequality) in shaping the experiences of different groups of women.” (Andersen, 2005: 443).¹⁴

Podemos assim concluir que, apesar de barreiras conceptuais e metodológicas se levantarem ao investigador que procura descortinar o passado olhando especificamente para o feminino, a invisibilidade do seu objecto não deve ser confundida com o apagar da sua existência e o negligenciar da sua acção e situação.

2 . Almada – concelho operário no feminino

O exemplo empírico que pretendo discutir é caracterizado por três eixos fundamentais no que diz respeito a preocupações de carácter metodológico. O primeiro diz respeito ao passado e à História, já que o terreno em análise se caracteriza por uma procura de memórias que permitam ler e “reconstituir” acontecimentos que ocorreram essencialmente nas décadas de 30 e 40 do século XX. O segundo corresponde às questões de género já que o grupo em análise é constituído por um conjunto de mulheres, operárias, que participaram em acontecimentos específicos. O terceiro incide sobre questões de resistência e acção colectiva operária.

Quando fazemos investigação sobre o passado deparamos com duas vertentes fundamentais, uma que é a construção da memória, seja individual ou colectiva, e outra que é a História enquanto ciência mas também enquanto memória oficial da Nação.

¹⁴*“Contemporary thinking on the connection between structure and agency is strongly influenced by postmodernism and poststructuralism and, within sociology, the doing gender perspective. One of the greatest contributions of the doing gender perspective and postmodernist theory more generally is the return of human agency to gender theory.”* (Andersen, 2005: 442). Para uma crítica da perspectiva do “doing gender” (West and Zimmerman, 1987) ver Deutsch, F. (2007) “Undoing Gender”, *Gender & Society*, vol. 21, n.º 1: 106-127.

Nesse sentido é preciso interrogar qual o papel do género nestas construções. Por um lado, tentando discernir a sua intervenção na produção da Memória ou das memórias e, por outro, a forma como é tratado no âmbito da produção histórica.

No que diz respeito à relação entre construção da Memória e sua possível diferenciação em termos de género, nada pode ser afirmado com exactidão. No entanto, alguns autores têm explorado essa possibilidade. Na introdução a uma obra intitulada *Gender and Memory* (Leydesdorff et al, 1996), podemos encontrar algumas propostas interessantes, particularmente por apresentarem conclusões tão díspares sobre a questão da relação entre género e memória. O que me parece positivo nessa discussão é que em vez de ficarmos perante uma visão fragmentada e pouco coerente devido à diversidade de propostas, podemos encontrar um esforço de debate sério que vê a multiplicidade de registos não como um entrave mas sim como uma mais valia para uma abordagem complexa na forma de olhar a realidade. Nas palavras dos editores:

“The intertwining of power and memory is very subtle, and it reflects both the particular areas of power which women and men hold in everyday life, and the various levels of public discourse. Memories supportive of the maintenance of existing power structures are usually assured wider social space and easier transmission. But memories of subordinate groups can also show striking resilience, and they can be transmitted, as women’s memories often must be, from the interstices of society, from the boundaries between the public and the private (...) we would argue that in order to understand how memory becomes gendered we need to take detours through the realms of gendered experience and gendered language. The categories of experience and language are formulated within the frames of subjectivity and intersubjectivity (...)”. (Leydesdorff et al, 1996: 8, 14).

No meu caso, procurei essencialmente trabalhar discursos produzidos por memórias individuais já que a ausência de presente etnográfico me amputava uma parte essencial da tradicional triologia: práticas, discursos e representações. Assim, órfã de observação directa ou participante *à la* Malinowski, recorri essencialmente aos discursos na procura de um passado, ou melhor dizendo, de uma representação sobre este. Nesse sentido utilizei o conceito de memória na forma como é definido por Halbwachs, em *La Mémoire Collective* (1950), operacionalizando a sua distinção entre memória individual e memória colectiva e social. Na leitura do autor utilizei ainda o contributo crítico de Namer (1987) e a sua abordagem mais contemporânea. A escolha da história oral como método central de trabalho e a recolha de histórias de vida como ferramenta são nesse sentido uma tentativa de procurar o colectivo no individual, seguindo a proposta de Halbwachs quando este diz que cada memória individual é um ponto de vista sobre o colectivo. A minha intenção era a de construir um painel de memórias que fossem diferentes mas convergentes na evocação de um tempo e de um conjunto de acontecimentos específicos.

Tendo entrevistado tanto mulheres como homens, não posso afirmar que tenha encontrado uma memória assente no género em termos intrínsecos à sua construção, ou seja, não desenvolvi um tipo de pesquisa que explorasse directamente essa dimensão tanto em termos psíquicos como de linguagem, nas suas subjectividades e intersubjectividades próprias. No entanto, encontrei o que poderei chamar de uma memória de género social já que a diferença mais marcante em termos dos discursos se encontra no conteúdo. Ou seja, retirando o que poderemos designar por factos

colectivamente lembrados e que dizem respeito em grande parte a momentos públicos de excepção - alguns ainda hoje evocados em comemorações de carácter local ou nacional e portanto patrimonializados em termos memorabilísticos - as memórias dirigem-se para evocações de espaços e acontecimentos diferentes, marcados pela segregação de género: a casa, a rua e a fábrica eram experienciadas de forma diferente por mulheres e homens. Apesar desta conclusão mais ou menos convergente com inúmeros outros exemplos, considero que é preciso questionar a sua aceitação de forma crítica já que a mim me fica a dúvida, de até que ponto não construímos nós guiões de entrevista e outros instrumentos de análise que carregam *a priori* consigo esta dicotomia homem/público - mulher/privado.

No que diz respeito à História, não encontro igualmente no meu trabalho nada que fuja radicalmente do exposto na primeira parte deste artigo. A produção historiográfica do período do Estado Novo era fortemente ideológica, censurada e estatalmente controlada, acontecendo o mesmo com a imprensa. Assim, a utilização que faço dos materiais desse período (imprensa, arquivos ministeriais, textos de História) remetem mais para uma análise sobre a representação da mulher e do operariado do que para um qualquer tipo de enunciar factual de acontecimentos. Este processo permite também confrontar diferentes tipos de registos (orais/privados e escritos/oficiais).

Se a produção historiográfica, assim como as próprias fontes, pouca atenção deram às mulheres e muito menos às mulheres operárias no período do Estado Novo, a mudança de regime não altera substancialmente essa situação. Quando entramos no período pós-revolucionário assistimos a um momento em que, por um lado, o operariado adquire grande visibilidade e, por outro, as mulheres assumem de forma já não clandestina os valores e comportamentos herdados da revolução sexual dos anos 60, reclamando voz e acesso ao espaço público. No entanto, este despertar dos grupos subordinados produziu e continua a produzir escassos textos científicos sobre a mulher operária. Dos momentos de efervescência social e política ainda nos chega alguma coisa mas um olhar que volte atrás, que interrogue e questione o universo feminino operário da primeira metade do século XX pouco ou nada se destaca. Nesse sentido, faço minhas as palavras de Tebbutt: “*For if the voices of middle-class women are muffled in the historical record, those of their working-class sisters are often not even connected into the mainstream of written testimony about the past (...).*” (Tebbutt, 1995: 7).

Isolei aqui a categoria de género de forma artificial para discutir, por um lado, o género do investigador e a importância que esse facto pode vir a ter no desenrolar da investigação e, por outro, a construção de um objecto de análise cuja demarcação de género seja uma das suas características fundamentais. Relativamente à primeira questão e no que ao meu exemplo diz respeito, a pertença de género parece ter sido fundamental na abordagem de algumas temáticas tradicionalmente remetidas para o foro do feminino e consideradas social ou moralmente sensíveis, como o aborto, a menstruação ou a gravidez. Por outro lado, o que marcou um certo distanciamento com os entrevistados foi a questão geracional, já que entre investigador e entrevistado distavam na maior parte dos casos mais de cinco décadas de vida. Este distanciamento

revelou-se essencialmente na produção de um discurso que por vezes era pautado por um certo tom paternalista para quem “não viu e não viveu aqueles tempos”.

A minha experiência remete para as discussões teóricas atrás apresentadas, em que o posicionamento do investigador perante o seu grupo de análise é um eixo fundamental da investigação já que as suas características sociais (género, idade, classe social, profissão, origem geográfica, etc) condicionam a relação a estabelecer com os entrevistados. Claro que outras dimensões surgem como igualmente fundamentais mas que por terem um carácter mais subjectivo (empatia, personalidade, etc) são mais dificilmente analisáveis. De qualquer modo, para além do que o investigador carrega consigo para o terreno, é preciso igualmente examinar o impacto que a sua presença pode ter para aquela comunidade não só a breve como a longo prazo e as vantagens e prejuízos que a sua presença pode acarretar, pois a capacidade e autoridade de construir representações sobre os outros é um instrumento de poder bastante perigoso.

Tendo escolhido trabalhar sobre mulheres não enfrentei nenhum dilema particular na sua construção enquanto grupo por partilha de género, já que na minha sociedade, no contexto histórico específico sobre o qual trabalhei, a diferenciação de género encontrava-se bastante bem delimitada socialmente. Nesse sentido, a pertença ao género feminino era mais um dos atributos de delimitação do grupo, como a faixa etária e a experiência laboral ou o local de residência no concelho em estudo. Claro que era um atributo obrigatório mas não hierarquicamente mais importante, ou seja, era tão obrigatório serem mulheres, como terem sido operárias e trabalhado numa fábrica do concelho na década de 30 e 40 do século XX.

Tendo analisado greves e processos de acção colectiva, tanto no domínio do espaço público como dentro dos estabelecimentos fabris, assim como acções de resistência de carácter mais quotidiano e isolado¹⁵, deparei-me com duas formas bastante diferentes de agir que conduziram obrigatoriamente a uma diferenciação na forma como tive de abordar esses assuntos em termos de métodos de pesquisa.

Quando pesquisamos no domínio da resistência informal e quotidiana a invisibilidade das fontes agrava-se substancialmente, pois os próprios mecanismos que conduzem a acção se pautam por uma política de clandestinidade e desvalorização quotidiana. Se, por exemplo, sobre as greves e marchas da fome dos anos 40 podia consultar a imprensa e os arquivos oficiais, além da recolha de testemunhos e de histórias de vida, relativamente à resistência informal não possuía mais vestígios do que os que a história oral me poderia fornecer. Nesse sentido, posso afirmar que a minha experiência vai ao encontro dos exemplos empíricos que apresentei na primeira parte verificando-se a

¹⁵ A resistência enquanto conceito teórico mas também enquanto prática, será entendida como é definida por James Scott (1985, 1990), onde o autor defende a ideia da existência de uma cultura de resistência quotidiana, enraizada em práticas de ocultação e dissimulação, ou seja, acções subversivas e eficazes que caracterizam em seu entender *as armas dos fracos*, e também de discursos ocultos e discursos públicos, construídos quer pelos grupos subordinados quer pelos grupos dominantes, que vão marcar e de certa forma reger as relações de dominação/subjugação.

similitude da minha posição a vários níveis. Em primeiro lugar na invisibilidade ou mesmo inexistência de fontes escritas que remetam para as vivências destas mulheres operárias, mesmo no campo da auto-biografia ou auto-registo, e em segundo lugar no desvalorizar por parte destas do seu quotidiano e inclusive da sua participação nos momentos mais épicos de resistência. Embora neste ponto, o meu caso de estudo pareça divergir ligeiramente no que diz respeito à importância conferida aos desempenhos femininos já que sobre estes os discursos são ambíguos. Se por um lado a sua participação é exaltada e faz parte de um discurso público¹⁶ e da memória colectiva da comunidade, por outro lado é desvalorizada, tanto pelas mulheres como pelos homens, principalmente no que diz respeito à sua configuração política. O comportamento corajoso das mulheres nos momentos de greve é lido como sendo o reflexo de imaturidade política e até de irresponsabilidade, podendo também ser entendido como manipulado por parte dos homens para salvaguardar a sua posição e a da organização política – a detenção de mulheres acarretaria menos prejuízos políticos do que a sua. É preciso no entanto acrescentar que ambos os grupos são unânimes em associar a acção pública das mulheres ao factor subsistência, já que neste período a maior parte dos protestos públicos prendem-se com questões relativas ao abastecimento de géneros alimentares. A associação entre mulheres, subsistência e revolta pública não é nova e mais uma vez remete o seu desempenho para o foro do privado assim como para uma apolitização das suas acções. Algumas autoras criticam este ponto de vista:

“Not only does politics not reflect the views of women but the existing concerns of women come to be seen as peripheral to ‘real politics’. When women discuss ‘the treatment you get from the doctor these days’, ‘waiting for operations’, ‘damp in the back bedroom’, and ‘the price of a loaf’, they are more likely to be perceived as immersed in idle gossip rather than political comment. The trade union member who complains of ‘treatment from supervisors’, ‘fumes in the paint shop’, ‘cold on the shop floor’, and ‘cuts in wages’ is viewed rather differently.” (Glasgow Women’s Studies Group cit em Tebbutt, 1995: 11).

Em termos gerais, posso afirmar que na minha pesquisa deparei com alguns dos problemas referenciados na primeira parte deste artigo, alguns já presentes em autoras que acompanham a área desde os primeiros trabalhos no âmbito de uma “Antropologia da Mulher”, até propostas mais recentes enquadradas já numa outra moldura conceptual. Parece-me por isso legítimo afirmar que alguns problemas nesta área parecem persistir: a) uma História que ainda inova pouco na forma como apropria ferramentas metodológicas exógenas; b) uma Antropologia que continua a não trabalhar de forma confortável o passado, em grande medida por se encontrar demasiado presa a uma metodologia de trabalho que privilegia o presente, impossibilitando uma produção transdisciplinar mais proveitosa; c) um conceito de Género pouco claro no que às Ciências Sociais diz respeito por se confundirem muitas vezes as diversas operacionalizações que este tem na vida social – muito cientistas evitam ainda hoje trabalhar um conceito entendido como demasiado “sensível”.

¹⁶ É citada de forma negativa na imprensa e em relatórios policiais e de forma positiva na imprensa clandestina da oposição política.

Bibliografia

- ABU-LUGHOD, L. (1990) “The Romance of Resistance: Tracing Transformations of Power Through Bedouin Women”, *American Ethnologist*, vol. 17, nº 1: 41-55.
- ANDERSEN, M. (2005) “Thinking About Women. A Quarter Century’s View”, *Gender & Society*, vol. 19, nº 4: 437-455.
- ANDRIEU, C. (1997), *Les résistantes, perspectives de recherche*, *Le Mouvement Social*, 180 : 69-96.
- BAKER, A. (1996), *History and the Myth: women’s stories of the Moroccan resistance*, *Oral History*, vol. 24, 1: 68-78.
- BOURDIEU, P. (1999) (ed. orig. 1998), *A Dominação Masculina*, Oeiras: Celta.
- CONNERTON, P. (1993) (ed. orig. 1989), *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras: Celta.
- GOLDE, P. (1986) [1970] (ed.) *Women in the Field: Anthropological Experiences*, Berkeley: University of California Press.
- GORJÃO, V. (2002), *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa: ICS.
- DEUTSCH, F. (2007) “Undoing Gender”, *Gender & Society*, vol. 21, nº 1: 106-127.
- HALBWACHS, M. (1968) (ed. orig. 1950), *La Mémoire Collective*, Paris : PUF.
- LAMPHERE, L.; RAGONÉ, H.; ZAVELLA, P. (ed) (1997), *Situated Lives: Gender and Culture in Everyday Life*, New York/London: Routledge.
- LEWIN, E. (ed) (2006), *Feminist Anthropology: a reader*, Malden/Oxford/Victoria: Blackwell Publishing.
- LEYDESDORFF, S.; PASSERINI, L.; THOMPSON, P. (ed) (1996), *Gender and Memory*, *International Yearbook of Oral History and Life Stories*, Oxford: Oxford University Press.
- NAMER, G. (1987), *Mémoire et Société*, Paris: Meridiens Klincksieck.
- PERROT, M. (1998), *Les femmes ou les silences de l’histoire*, Manchecourt: Flammarion.
- REITER, R. (1975) (ed) *Toward and Anthropology of Women*, New York: Monthly Review Press.
- ROBERTS, E. (1995) (1ª ed. 1984), *A Woman’s Place. An oral history of working-class women 1890-1940*, Oxford/Cambridge: Blackwell.
- ROSALDO, M.; LAMPHERE, L. (1974) (eds) *Woman, Culture and Society*, Stanford: Stanford University Press.
- SCOTT, J. (1985), *Weapons of the weak - everyday forms of peasant resistance*, New Haven/London: Yale University Press.
- SCOTT, J. (1990), *Domination and the arts of resistance - hidden transcripts*, New Haven/London: Yale University Press.
- SCOTT, J. (1999), *Gender and the Politics of History*, revised edition, New York: Columbia University Press.
- TEBBUTT, M. (1995), *Women’s Talk? A social history of ‘gossip’ in working-class neighbourhoods, 1880-1960*, Hants/Vermont: Scholar Press.
- VALE DE ALMEIDA, M. (2000), *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa: Fim-de-Século.
- WEST, C. (1987) “Doing Gender”, *Gender & Society*, vol. 1, nº 2: 125-151.